
Relatório de Auditoria Interna nº 11/2023



10 de maio de 2023.

The background of the lower half of the page is a detailed line-art drawing of a large, multi-story industrial or hospital complex. The drawing is rendered in a light gray color and shows various buildings, courtyards, and parking areas from an elevated perspective.



ORDEM DE SERVIÇO Nº: 11-023
REFERÊNCIA: SA008 do PAINT-2023
VALOR AUDITADO: NA
PERÍODO EXAMINADO: 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente trabalho de auditoria teve como escopo a análise e emissão de parecer sobre a prestação de contas 2022 da Hemobrás, em cumprimento ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) 2023, ao art. 15, § 6º do Decreto nº 3591-2000 e à Instrução Normativa (IN) nº 05/2021, da Controladoria-Geral da União (CGU).

De acordo com o Tribunal de Contas da União¹ (TCU), prestação de contas é o instrumento pelo qual os administradores públicos, bem como, os responsáveis pela governança dos órgãos e entidades, apresentam e divulgam informações acerca dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional previsto nos artigos 70, 71 e 74 da Constituição Federal.

Ainda em consonância com o TCU, a Prestação de Contas, grosso modo, se realiza da seguinte forma: disponibilidade de dados no site oficial da internet da entidade, publicação do Rol de Responsáveis, do Relatório de Gestão ou Relato Integrado, das Demonstrações Contábeis e do Certificado de Auditoria, quando for o caso.

Considerando o exposto, os testes da Audin foram realizados com o intuito de avaliar a disponibilidade, fidedignidade, completude e atualidade dos dados e informações requeridas, que devem ser publicados no site de internet da Hemobrás, bem como, por meio da análise do conteúdo do Relato Integrado da Empresa e das Demonstrações Contábeis.

Adicionalmente, em consonância com o disposto na IN nº 05/2021 CGU, foram avaliados e apresentados, de forma consolidada, os cenários relativos à maturidade dos processos de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos da Empresa, no tocante ao exercício de 2022.

O resultado dos testes executados, apontou os seguintes fatos:

- O Conselho de Administração atuou na definição, acompanhamento e análise de resultados estratégicos da Empresa em 2022.
- Os riscos estratégicos são monitorados pela Gestão, não obstante, verifica-se que o processo de registro e monitoramento desses riscos pode ser aperfeiçoado.

¹ Instrução Normativa TCU 84-2020 e Decisão Normativa 198-2022.

- Devido à ausência de indicadores que possam ser consolidados, não é possível concluir com assertividade sobre o resultado da Gestão, do ponto de vista das metas físicas. Não obstante, analisando as metas, quantitativamente, foi possível observar que 34% das métricas previstas foram concluídas na totalidade.
- 71% dos achados de auditoria com viés negativo elaborados no período foram classificados como de risco alto ou crítico.
- A prestação de contas do exercício 2022 da Hemobrás está parcialmente aderente aos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas. As lacunas identificadas foram as seguintes: publicação intempestiva de dados exigidos no art. 8 da IN 84/2020; ausência de direcionadores para os relatórios de auditoria produzidos pela CGU e TCU; desatualização dos dados no sistema público de licitações e contratos; ausência de dados no Rol de Responsáveis acerca de agentes que atuaram em 2022, mas se desligaram da empresa.
- O relato integrado do exercício 2022 está parcialmente aderente ao conteúdo exigido pelo Tribunal. Utilizando-se ferramenta do TCU, foi possível verificar aderência de 62% ao conteúdo e de 82,5% aos princípios da prestação de contas. As informações ausentes com maior peso são as relativas aos objetivos estratégicos, riscos e oportunidades, além de auditorias realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, bem como, pela Audin.
- Não foram identificadas desconformidades, erros ou imprecisões que possam afetar a qualidade das demonstrações contábeis de 2022.
- É preciso dedicar especial atenção à sustentabilidade econômico-financeira da empresa, tendo em vista o aumento dos custos dos produtos adquiridos, bem como, a elevada influência de receitas não operacionais no resultado de 2022.

Diante dos fatos narrados, entende a Auditoria Interna que a Prestação de Contas da Hemobrás, para o exercício de 2022, atende apenas parcialmente aos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Instrução Normativa nº 84/2020 e Decisão Normativa nº 198/2022.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Audin – Auditoria Interna da Hemobrás

CGU – Controladoria-Geral da União

DN – Decisão Normativa-TCU

GCGR – Gerência de Conformidade e Gestão de Riscos

GPP – Gerência de Planejamento e Projetos da Hemobrás

IBCG - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IN – Instrução Normativa-TCU

LAI – Lei de Acesso à Informação

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

RAINT – Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

TCU – Tribunal de Contas da União

UPC – Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
RESULTADOS DOS EXAMES	9
1. O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ATUOU NA DEFINIÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DE RESULTADOS ESTRATÉGICOS DA EMPRESA EM 2022.	9
2. AVALIAÇÃO ACERCA DO GERENCIAMENTO DE RISCOS ESTRATÉGICOS NA HEMOBRÁS.	9
3. AVALIAÇÃO ACERCA DO ATINGIMENTO DAS METAS FÍSICAS PREVISTAS NO PLANO DE NEGÓCIOS PARA O EXERCÍCIO DE 2022.	12
4. AVALIAÇÃO QUANTO À CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS PRATICADOS PELA GESTÃO EM 2022.	15
5. A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2022 DA HEMOBRÁS ESTÁ PARCIALMENTE ADERENTE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS.	18
6. O RELATO INTEGRADO, RELATIVO AO EXERCÍCIO 2022, ESTÁ PARCIALMENTE ADERENTE AO CONTEÚDO EXIGIDO PELO TRIBUNAL.	21
7. O ROL DE RESPONSÁVEIS ESTÁ PARCIALMENTE ADEQUADO AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO TCU.	23
8. AVALIAÇÃO CONSOLIDADA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2022.	24
RECOMENDAÇÕES	28
CONCLUSÃO	29
ANEXO 1	1
I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA	1
ANEXO 2 – FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO DO TCU	1

O presente trabalho de auditoria teve como escopo a análise e emissão de parecer sobre a Prestação de Contas 2022 da Hemobrás, em cumprimento ao PAINT-2023 e art. 15, § 6º do Decreto nº 3591-2000.

Destaca-se que a CGU, em 2021, por meio da Instrução Normativa nº 5, disciplinou o conteúdo desse documento. De acordo com o citado normativo, o parecer deve “expressar opinião geral, com base nos trabalhos de auditorias individuais previstos e executados no âmbito do PAINT, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade”. Além disso, foi determinado que o escopo do parecer deve englobar o seguinte:

- I - à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria;
- II - à conformidade legal dos atos administrativos;
- III - ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;
- IV - ao atingimento dos objetivos operacionais.

Por outro lado, de acordo com a IN do TCU nº 84-2020, de 22.04.2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, a prestação de contas tem a seguinte definição:

O instrumento de gestão pública mediante o qual os administradores e, quando apropriado, os responsáveis pela governança e pelos atos de gestão de órgãos, entidades ou fundos dos poderes da União apresentam e divulgam informações e análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional previsto nos artigos 70, 71 e 74 da Constituição Federal.

Já conforme o disposto na Decisão Normativa (DN) TCU nº 198-2022, de 23.03.2022, a Prestação de Contas é feita por meio dos seguintes instrumentos², disponibilizados no site da internet das instituições públicas:

1. A divulgação, durante o exercício, de informações sobre objetivos, metas, indicadores de desempenho, produtos gerados e entregues, ações de supervisão, correção e controle, estrutura organizacional, cargos e ocupantes, legislação aplicável, programas, projetos, obras e atividades, repasses de recursos financeiros, execução orçamentária e

² Art. 7 da Decisão Normativa TCU 187-2020.

financeira, licitações e contratos, remuneração dos empregados, servidores e ocupantes de função, etc.³

2. A publicação, após o exercício financeiro, até 31.05.2023, no caso da Hemobrás, das Demonstrações Contábeis e documentos correlatos, além do Relatório Gestão, na forma de Relato Integrado.

3. A publicação e manutenção atualizada do Rol de Responsáveis.

Diante disso, a opinião da Audin foi emitida considerando o resultado dos trabalhos executados no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, a análise da disponibilidade, fidedignidade e atualidade dos dados e informações supracitados no site de internet da Hemobrás⁴, bem como, por meio da avaliação do conteúdo do Relato Integrado da Empresa e das Demonstrações Contábeis, ambos referentes ao exercício 2022, de forma que as seguintes questões de auditoria foram respondidas:

1. As práticas de Governança fornecem o direcionamento estratégico e contribuem para o alcance dos objetivos da Empresa?

1.1. O Conselho de Administração atuou na aprovação do Plano de Negócios para 2023 e analisou o resultado das metas alcançadas no exercício de 2022?

2. Os riscos estratégicos são adequadamente monitorados pela Gestão?

2.1. Os riscos estratégicos são identificados e monitorados?

2.2. São estabelecidas e monitoradas medidas de controle para tratamento dos riscos estratégicos?

3. Qual o nível de atingimento dos objetivos da Empresa no exercício de 2022?

3.1. Qual o nível de execução das metas previstas para 2022 no Plano Diretor Estratégico (PDE) da Empresa?

4. Qual o resultado consolidado dos trabalhos realizados pela Audin, em 2022, no que concerne à conformidade legal dos atos praticados pela Gestão?

4.1. Quais principais deficiências de controle e exposição a riscos detectadas nos trabalhos realizados em 2022, pela Audin?

³ A lista completa de informações consta do art. 8º, I, alíneas "a" a "j" da DN TCU 187-2020.

⁴ As consultas foram realizadas entre os dias 22 e 30.03.2022.



5. A prestação de contas da Hemobrás, relativa ao exercício 2022, está aderente aos normativos estabelecidos pelo TCU?

5.1. Todas as informações exigidas no art. 8, I, da IN TCU 84-2020 estão publicadas, de forma fidedigna e atualizada, em seção específica do site da Internet oficial da Hemobrás, diretamente ou por meio de links?

6. As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes ao exercício 2022 estão em conformidade com a legislação aplicável e não contém erros ou imprecisões?

6.1. Foram identificados erros ou imprecisões relevantes nas demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2022?

RESULTADOS DOS EXAMES

1. O Conselho de Administração atuou na definição, acompanhamento e análise de resultados estratégicos da Empresa em 2022.

De acordo com o artigo 142 da Lei nº 6.404/76, uma das atribuições do Conselho de Administração das empresas estatais é estabelecer a orientação geral dos negócios da empresa. Ademais, conforme estipulado no art. 23, §1º, incisos I e II, da Lei nº 13.303/2016, cabe ao Conselho de Administração aprovar o plano de negócios para o exercício anual subsequente, bem como a estratégia de longo prazo atualizada, abrangendo, no mínimo, os cinco anos seguintes. Adicionalmente, o Conselho deve realizar uma análise anual dos resultados da empresa, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou às Câmaras Municipais e aos respectivos tribunais de contas, quando houver.

Assim, por meio de evidências documentais e registros de reuniões, constatou-se que o Conselho de Administração (CADM) atendeu integralmente às obrigações previstas no artigo 23 da Lei 13.303/2016.

Foi comprovado, ainda, que o CADM aprovou o Plano Diretor Estratégico (PDE) para 2023 e examinou a execução das metas delineadas no PDE de 2022. Além disso, as evidências obtidas demonstram que o CADM acompanhou, de maneira sistemática e mensal, os resultados estratégicos da empresa, evidenciando compromisso com a análise e a supervisão do desempenho organizacional.

2. Avaliação acerca do gerenciamento de riscos estratégicos na Hemobrás.

De acordo com o art. 13 da Instrução Normativa IN Conjunta MP/CGU nº 01-2016, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal deverão implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos.

Por sua vez, o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU) destaca a importância do gerenciamento de riscos para a boa governança no setor público. No documento, o gerenciamento de riscos é abordado como um dos elementos essenciais da governança, sendo parte integrante dos processos de planejamento, execução e controle das atividades.

Pode-se afirmar, no mesmo sentido, que o monitoramento de riscos estratégicos é fundamental para garantir que uma organização alcance seus objetivos e mantenha a resiliência diante de um ambiente em constante mudança. Outros benefícios do monitoramento de riscos estratégicos são:

- Antecipação e identificação de ameaças e oportunidades;
- Alocação eficiente de recursos;
- Tomada de decisão informada;
- Cumprimento de metas e objetivos;
- Melhoria contínua e aprendizado organizacional
- Confiança e transparência

Diante disso, buscou-se verificar, no âmbito da Hemobrás, se existem riscos estabelecidos para todos os objetivos estratégicos da Empresa constantes do Plano de Negócios. Adicionalmente, foi avaliado se foram implantadas e monitoradas medidas de controle adequadas.

Comparando-se os objetivos estratégicos estabelecidos pela Gestão com os riscos monitorados, observa-se, inicialmente, que foram atribuídos riscos para a maior parte deles, conforme demonstra-se no quadro a seguir:

Quadro 1 - Correlação entre Objetivos e Riscos Estratégicos.

Objetivos Estratégicos	Contagem de Riscos
2.1 - Gerar resultados sociais e econômicos relevantes para o Estado e para a comunidade, bem como resultados financeiros que tornem a empresa viável;	21
1.3 - Realizar a gestão do plasma e o fornecimento de produtos; (2023/2027)	18
1.2 - Implementar infraestrutura e tecnologia da fábrica de recombinante e operacionalizá-la; (2025/2026)	15
1.1 - Implementar infraestrutura e tecnologia da fábrica de hemoderivados e operacionalizá-la; (2026/2027)	12
3.3 – Suprir as demandas de tecnologia da informação da Empresa de acordo com as boas práticas de mercado.	7
3.2 – Ter um corpo funcional engajado, qualificado e em quantitativo suficiente	6
1.4 - Viabilizar soluções para atualização e/ou aumento de portfólio de medicamentos. (2025/2027)	
2.2 – Estruturar os processos de trabalho e de produção, de forma sustentável, com foco na responsabilidade socioambiental.	
3.1 – Implantar ferramentas e práticas de governança e gestão para garantir o atingimento das metas da Empresa	
Total Geral	79

Fonte: elaboração própria da Audin

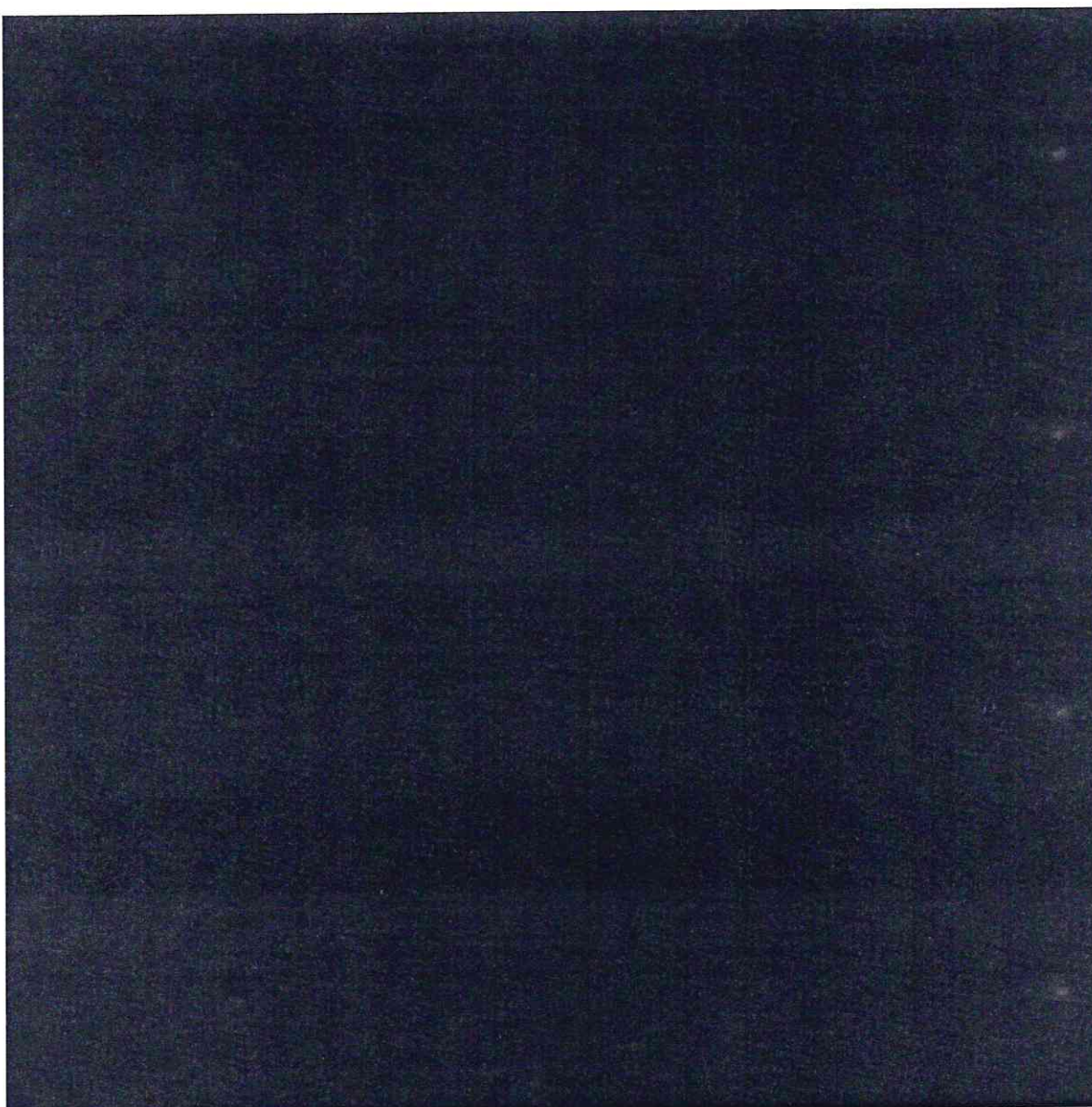
Analisando-se as informações do quadro acima, pode-se pontuar o seguinte:

a) Dos nove objetivos constantes do PDE, apenas três não possuem riscos mapeados: 1.4 - *Viabilizar soluções para atualização e/ou aumento de portfólio de medicamentos. (2025/2027); 2.2 – Estruturar os processos de trabalho e de produção, de forma sustentável, com foco na responsabilidade socioambiental e 3.1 – Implantar ferramentas e práticas de governança e gestão para garantir o atingimento das metas da Empresa.*

b) No caso do Objetivo 1.4, deve-se considerar que não foram definidos, ainda, indicadores e metas de desempenho efetivas, o que pode explicar o não mapeamento de riscos;

c) Considerando exclusivamente os riscos críticos, o objetivo 2.1, que trata de resultados financeiros, tem mais riscos atribuídos que os objetivos 1.1 e 1.2, que são fundamentais para a conclusão e operacionalização das fábricas da Hemobrás.

Outro aspecto a considerar, também avaliado no presente trabalho, diz respeito à existência e efetividade das medidas de controle para mitigação dos riscos. Tendo como insumo os reportes de riscos realizados à Alta Administração e Governança, em 2022, foi possível evidenciar a existência de medidas de controle para, aproximadamente, 50% dos riscos identificados, conforme demonstra-se a seguir:



Importa destacar que outros controles estabelecidos podem não ter sido identificados durante a auditoria. Isso ocorre porque o setor responsável não demonstrou a existência de um controle adequado para documentação dos riscos, consistente na organização sistematizada dos dados relativos à identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos.

Cabe considerar, por fim, que a Gestão de Riscos da Hemobrás, como um todo, foi avaliada, por ocasião do Relatório nº 18-2022, como no nível intermediário de maturidade, tendo a Audin emitido recomendação condizente na elaboração de um plano de ação apropriado para tratamento e melhoria das lacunas identificadas, as quais abordam, os pontos citados no trabalho atual.

3. Avaliação acerca do atingimento das metas físicas previstas no Plano de Negócios para o exercício de 2022.

A função social da Hemobrás, segundo sua Lei de Criação (10.972/04), é garantir o fornecimento de medicamentos hemoderivados e biotecnológicos aos pacientes do SUS. Essa função é a razão de sua existência e deve orientar seu planejamento estratégico. O planejamento deve incluir indicadores que mostrem o atendimento da demanda do SUS e a conclusão das obras das fábricas. No entanto, no PDE 2023, não foram encontrados indicadores que demonstrem o alcance desses objetivos cruciais.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico da Hemobrás para 2022, os objetivos estratégicos da Empresa dividiam-se em três segmentos, que, por sua vez, desdobram-se em indicadores e metas:

Foco I – Produção de medicamentos na fábrica da Hemobrás

- Objetivo 1.1 Implantar a infraestrutura e a tecnologia da fábrica de hemoderivados
- Objetivo 1.2 - Implantar a infraestrutura e a tecnologia da fábrica de recombinante

- Objetivo 1.3 - Realizar a gestão do plasma e o fornecimento de produtos hemoderivados e fator VIII Recombinante

Foco II – Sustentabilidade econômica, social e ambiental.

- Objetivo 2.1 - Gerar resultados financeiros e econômicos relevantes para os sócios e para a sociedade
- Objetivo 2.2 - Gerir os recursos ambientais de forma sustentável

Foco III - Modelo de gestão e governança adequados aos desafios da Empresa.

- Objetivo 3.1 - Implantar ferramentas e práticas de governança e gestão para garantir o atingimento das metas da Empresa
- Objetivo 3.2 - Ter um corpo funcional engajado, qualificado e em quantitativo suficiente
- Objetivo 3.3 - Suprir as demandas de tecnologia da informação da Empresa, de acordo com as boas práticas do mercado

Cabe destacar que a Gestão não conta, ainda, com objetivos e metas de negócio, nem há integração das métricas estratégicas com a programação de despesas financeiras da empresa, que são apresentadas no Programa de Dispêndios Global (PDG), aspectos que foram objeto de recomendações da Audin.

Dentre os objetivos elencados, os que mais refletem a função social da companhia são os relacionados ao Foco 1, que tratam da implementação e operacionalização das duas fábricas e da gestão de Plasma e fornecimento de medicamentos.

Analisando-se, por exemplo, os indicadores estabelecidos para os objetivos 1.1 e 1.2, consistentes no valor bruto da quantidade de marcos atingidos, não se consegue extrair informações cruciais para as partes interessadas, incluindo aí a sociedade, já que não se sabe quantos marcos foram atingidos e quantos faltam para finalização dos projetos.

Destarte, deixar de prever em seu planejamento estratégico o cumprimento de sua função social, prevista em lei, pode comprometer os objetivos legais e sociais da Hemobrás, bem como não apresentar indicadores que demonstrem o atual nível de construção da obra, e previsão de conclusão, pode impactar diretamente nas tomadas de decisão estratégicas dos principais interessados.

Diante desse cenário, houve dificuldades em verificar o atual nível de cumprimento das metas estabelecidas no PDE 2022. Não obstante, tendo em vista o resultado apresentado ao Conselho de Administração, na reunião de março de 2023, foi possível elaborar o seguinte quadro:

Quadro 3 – Situação das metas estabelecidas para 2022

Situação	Contagem de Métricas	(%)
CONCLUÍDA	22	34%
CANCELADA	2	3%
NÃO REALIZADA	17	27%
NÃO INFORMADA	23	36%
Total Geral	64	

Fonte: elaboração própria da Audin.

Da análise do quadro, é possível afirmar que 34% das métricas previstas foram concluídas na totalidade e 27%, não. Além disso, 36% das métricas não tiveram resultados informados ao Conselho de Administração.

No que concerne aos cinco indicadores relativos ao Objetivo 1.3 - *Realizar a gestão do plasma e o fornecimento de produtos hemoderivados e fator VIII Recombinante*, o percentual de alcance das metas foi o seguinte:

- Distribuição de Albumina (frascos de 50mL 20%) 61%
- Distribuição de IgG (frascos de 100mL 5%) 53%
- Distribuição de Fator VIII Plasmático (frascos de 500 UI) 90%
- Distribuição de Fator IX Plasmático (frascos de 500 UI) 86%
- Distribuição de Fator VIII Recombinante 100%

Quanto aos indicadores referentes ao Objetivo 2.1 - Gerar resultados financeiros e econômicos relevantes para os sócios e para a sociedade, o resultado foi o seguinte:

- Faturamento Fator VIII 100%
- Faturamento Hemoderivados 46%
- Margem EBTIDA 144%
- Concentração do faturamento 87,33%
- Percentual de proteção cambial do passivo 100%
- Prazo médio do recebimento de vendas 147%

Destaca-se, dentre estas informações, o fato que o faturamento de Hemoderivados não correspondeu à expectativa estabelecida para 2022. Segundo a Administração, a lacuna foi decorrente do atraso na disponibilização do Plasma oriundo do Estado de São Paulo, bem como, por conta do atraso do Ministério da Saúde para assinatura do contrato de fracionamento de 50 mil litros de Plasma.

Diante do exposto, conclui-se que o planejamento estratégico e de negócios precisa ser aprimorado, de forma a permitir uma melhor avaliação do resultado da Gestão, situação que foi abordada no Relatório Audin nº 20-2022, de 31.03.2023.

4. Avaliação quanto à conformidade legal dos atos praticados pela Gestão em 2022.

A conformidade no contexto de governança pública refere-se ao cumprimento das leis, regulamentos, normas e políticas aplicáveis. A conformidade é crucial para garantir a transparência, a responsabilidade e a eficácia das instituições governamentais.

De acordo com o Manual de Governança do Tribunal de Contas da União, as instâncias internas de governança, como o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas internas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.

A fim de avaliar a conformidade, eficiência e eficácia dos atos da Gestão, no decorrer do exercício 2022, a Audin concluiu 33 trabalhos de Auditoria, todos apresentados diretamente ao Conselho de Administração, segmentados da seguinte forma:

Quadro 4 – Auditorias concluídas

Alocação	Qtd Trabalhos Executados
Atividades Obrigatórias	13
Auditorias com Base em Risco	8
Consultorias	1
Outras Atividades (Demandas extraordinárias)	11
Total	33

Fonte: elaboração própria da Audin.

Em função dos trabalhos executados, foram emitidas 84 novas recomendações, tendo sido atendidas 30, até o final do período.

No tocante à avaliação periódica dos controles internos e exposição a riscos, observa-se que 75,75% dos relatórios continham achados negativos, que resultaram em recomendações:

Quadro 5 – Relatórios com achados negativos

Tipo	Quantidade	%
Relatórios com achados negativos	25	75,75
Relatórios sem achados negativos	08	25,25
Total	33	

Fonte: elaboração própria da Audin.

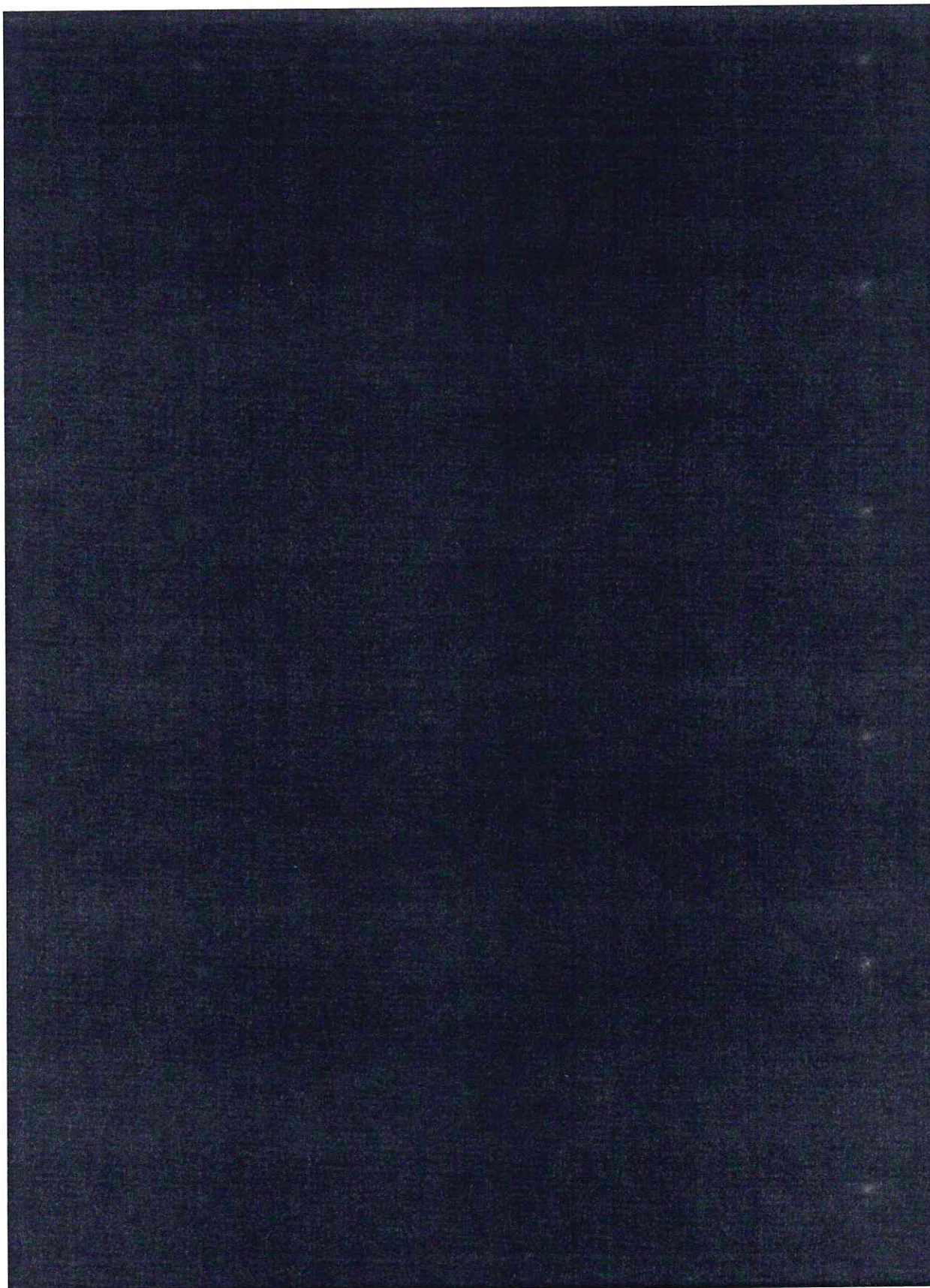
No total, foram apresentados 63 achados de auditoria com viés negativo, os quais podem ser classificados quanto ao risco da seguinte forma:

Quadro 6 – Criticidade dos achados de Auditoria

Relatório	Objeto	Risco Crítico	Risco Alto	Risco Médio	Risco Baixo	Total Geral
20-2021	Gerenciamento da Operação de Fracionamento do Plasma	7	4			11
03-2021	Gerenciamento do Projeto Buriti	6				6
04-2022	Gestão de Contratações	6				6
18-2021	Gerenciamento do projeto da Fábrica de Hemoderivados.	3	1			4
06-2022	Gestão Documental	2				2
NT 04-2022	Consolidação de Achados sobre Fiscalização de Contratos	2				2
12-2022	Contratação das obras remanescentes dos Blocos B02 B03 por Dispensa de Licitação	1	2			3
17-2022	Gerenciamento da Operação do Recombinante	1	1			2
23-2021	Acompanhamento Voçoroca	1				1
01-2022	Gestão de dados de Pessoal no SIEST				1	1
01-2023	Reavaliação da Maturidade da Estrutura de Controles Internos da GLC.			1		1
02-2022	Apuração Acúmulo de Cargos (expediente CGU)				1	1
05-2022	Gestão de Pessoas - Contratação terceirizada			5		5
07-2022	Parecer da Auditoria Interna		1		1	2
13-2022	ACI GGP				1	1
14-2022	ACI GLC			1		1
15-2022	ACI GCQ				1	1
16-2022	ACI GGQ				1	1
18-2022	Avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos Corporativos		1			1
20-2022	Avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras		2			2
22-2021	Avaliação da Gestão do Risco de Fraude e Corrupção, Gestão e Cultura da Ética e Integridade		1		1	2
NA 01-052022	Gestão de Pessoas - Contratação terceirizada		3			3
NT 01-2022	Gestão de Pessoas - Contratação terceirizada			1		1
NT 02-2022	Gestão de Pessoas - Contratação terceirizada			2		2
NT 05-2022	Retribuição por Titulação			1		1
	Total	29	16	11	7	63
	Total %	46%	25%	17%	11%	100%

Fonte: elaboração própria da Audin.

Analisando-se a tabela acima, observa-se que 71% dos achados de auditoria com viés negativo foram classificados como de risco alto ou crítico. Além disso, detalha-se, a seguir, os principais achados de auditoria elaborados no período, classificados como de Risco Crítico:



Conclui-se, dessa forma, que a Gestão deve priorizar a mitigação dos riscos apontados nos relatórios da Audin, tendo em vista a manutenção das ações em limites de tolerância aos riscos adequadamente medidos e avaliados pela Governança da empresa.

5. A prestação de contas do exercício 2022 da Hemobrás está parcialmente aderente aos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

De acordo com o art. 8º, I, da Instrução Normativa 84/2020, do TCU, integra a prestação de contas, um conjunto de informações correlacionados à estrutura e atuação das entidades, as quais devem, por sua vez, serem divulgadas durante o exercício financeiro de referência.

Consoante as disposições da Decisão Normativa TCU nº 198/2022, de 23.05.2022, as informações exigidas pelo citado normativo devem ser divulgadas e mantidas atualizadas com a periodicidade definida a seguir:

I - as informações de que tratam as alíneas "a" a "e" serão divulgadas em até trinta dias após o final do primeiro trimestre de cada exercício, e atualizadas em até trinta dias após o encerramento de cada trimestre civil ou sempre que ocorrerem mudanças relevantes nas informações; e

II - as informações de que tratam as alíneas "f" a "j" deverão ser atualizadas em tempo real ou no momento de ocorrência dos eventos, conforme estabelecido no inciso II do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso VI do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011

Diante disso, avaliou-se a existência, consistência e tempestividade das informações no site da internet da Hemobrás.

Considerando os dez requisitos estabelecidos no dispositivo do art. 8º, I, da Instrução Normativa 84/2020, foi possível evidenciar que a Hemobrás atende plenamente 50% deles, conforme detalha-se no quadro abaixo.

Quadro 8 – Avaliação da conformidade das informações relativas à prestação de contas 2022.

Dispositivo	Avaliação	Comentário
art. 8º, I, a) os objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão da UPC, e, se for o caso, ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior;	Não conforme	O relato integrado contém informações acerca do alcance dos principais objetivos e metas definidos para o exercício, entretanto, a norma do TCU exige que estes dados sejam disponibilizados durante o exercício financeiro e não, apenas, ao final.
art. 8º, I, b) o valor público em termos de produtos e resultados gerados, preservados ou entregues no exercício, e a capacidade de continuidade em exercícios futuros;	Não conforme	O relato integrado contém informações acerca do alcance dos principais objetivos e metas definidos para o exercício, entretanto, a norma

Dispositivo	Avaliação	Comentário
		do TCU exige que estes dados sejam disponibilizados durante o exercício financeiro e não, apenas, ao final.
art. 8º, I, c) as principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos;	Não conforme	Consta o Relatório Anual (RAINT) da Auditoria interna, o PAINT e o link para um Acórdão do TCU (ver tabela de acórdãos no RAIN.T. Não foram encontrados links para os demais acórdãos TCU e para os relatórios da CGU.
art. 8º, I, d) a estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;	Conforme	No link https://hemobras.gov.br/transparencia/institucional/ , é possível identificar todas as informações.
art. 8º, I, e) os programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto, com indicação dos valores alcançados no período e acumulado no exercício;	Não conforme	No link https://hemobras.gov.br/transparencia/acoes-e-programas/ são relacionados os programas e ações governamentais, mas não há informação sobre unidades responsáveis, metas e resultados, indicação dos valores alcançados e acumulados. Na aba Ações consta a seguinte informação: <i>A Hemobrás busca realizar suas atividades mantendo o foco em sua missão institucional, e todas as ações desenvolvidas podem ser conferidas nos relatórios de gestão/relatos integrados, que abordam os resultados e os objetivos estratégicos da empresa.</i> De acordo com o normativo, estas informações devem ser disponibilizadas durante o exercício financeiro e não ao final.
art. 8º, I, f) os repasses ou as transferências de recursos financeiros;	Conforme	No link https://hemobras.gov.br/transparencia/convenios-e-transferencias/ constam as informações sobre transferências
art. 8º, I, g) a execução orçamentária e financeira detalhada;	Conforme	No link https://hemobras.gov.br/transparencia/receitas-e-despesas/ constam, mês a mês, relatórios de execução de despesas e receitas.
art. 8º, I, h) as licitações realizadas e em andamento, por modalidade, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;	Não conforme	No link https://hemobras.gov.br/transparencia/licitacoes-contratos/ há uma redirecionador para o site Comprasnet - consulta contratos, mas a consulta não retorna contratos firmados entre 2020 e abril/2023.

Dispositivo	Avaliação	Comentário
		<p>há um link para o sistema de licitações da empresa: https://licitacoes.hemobras.gov.br/ o sistema não exige senha, mas apresenta-se desatualizado em 26/04/2023, visto que o pregão mais recente é o 4/2023, enquanto no DOU consta a publicação, em 20/4/2023, do PE 07/2023.</p> <p>No que tange aos contratos, o sistema e o DOU não estão em conformidade. No sistema constam registrados contratos resultantes de dispensa de licitação, com numeração de 4 dígitos, os quais não constam no DOU, em que pese o sistema informar a data da publicação.</p> <p>Por outro lado, o último contrato resultante de licitação registrado no sistema é o 13/2023, publicado em 16/02/2023, enquanto no DOU constam os contratos 14/2023, de 30/3/23, 17/2023, de 17/3/2023, 16/2023 de 13/3/23.</p>
art. 8º, I, i) a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os jetons e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e das pensões daqueles servidores e empregados públicos ativos, inativos e pensionistas, de maneira individualizada; e	Conforme	<p>No link https://hemobras.gov.br/transparencia/empregados-as/ consta tabela com a relação nominal de profissionais e respectivos salários para o mês de março de 2023, estas informações precisam ser atualizadas sempre. No link https://hemobras.gov.br/transparencia/empregados-as/ consta a remuneração dos administradores</p>
art. 8º, I, j) o contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC);	Conforme	<p>https://hemobras.gov.br/transparencia/participacao-social/ https://hemobras.gov.br/transparencia/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/</p> <p>Nos links acima constam as informações.</p>

Fonte: elaboração própria da Audin.

Analisando-se o quadro, verifica-se que os itens “a”, “b” e “e”, em que pese constarem do relato integrado 2022 da Hemobrás, não são disponibilizados durante o exercício. No caso do item “c”, é necessário providenciar atalhos para os relatórios e acórdãos emitidos pela CGU e TCU, respectivamente. Por fim, o item “h”, que trata das licitações e contratos, direciona para um sistema da empresa que contém informações desatualizadas, em comparação com as publicações do Diário Oficial da União, necessitando, dessa forma, de aperfeiçoamento.

Quanto aos demais itens especificados no art. 8º, I, da IN TCU 84-2020, foi verificado que estão disponíveis no site da internet da Empresa, diretamente ou por meio de links.

Cabe destacar que as falhas expostas no Quadro 8 constam, também, nos pareceres anteriores, relativos aos exercícios de 2020 e 2021.

Diante do exposto, evidencia-se que, de acordo com os critérios estabelecidos pelo TCU, a prestação de contas referente ao exercício 2022 da Hemobrás está incompleta, especificamente quanto às alíneas “a”, “b”, “c”, “e” e “h” do inciso I do art. 8º e § 4º do art. 9º, ambos da IN TCU nº 84-2020, devendo a gestão providenciar a complementação das informações, de forma a obter a conformidade com as citadas normas.

6. O relato integrado, relativo ao exercício 2022, está parcialmente aderente ao conteúdo exigido pelo Tribunal.

De acordo com o art. 8º, III, da Instrução Normativa 84/2020, do TCU, integra a prestação de contas, o relatório de gestão, que deve ser apresentado na forma de relato integrado, devendo ser apresentado em conformidade com o estipulado em ato próprio do TCU, que, no caso do exercício de 2022, corresponde à Decisão Normativa nº 198/2022, de 23.02.2022.

Segundo o guia fornecido pelo Tribunal, o relatório de gestão é peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício. Seu objetivo principal é oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da unidade, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos.

O relato integrado, por sua vez, é uma abordagem para preparação de relatórios que tem por objetivo divulgar informações concisas, relevantes e estratégicas, para facilitar a gestão integrada, a comunicação interna e a prestação de contas. O relato integrado representa uma evolução nos processos de gestão organizacional e comunicação corporativa.

Ainda de acordo com a citada IN, são princípios para elaboração e divulgação da prestação de contas, os seguintes:

- Foco estratégico
- Conectividade da informação
- Relações com partes interessadas
- Materialidade
- Concisão
- Confiabilidade e completude

- Coerência e comparabilidade
- Clareza
- Tempestividade
- Transparência

No tocante ao conteúdo, a DN nº 198/2022 estipula os elementos necessários que são distribuídos nos seguintes tópicos principais:

- Mensagem do dirigente máximo
- Visão geral organizacional e ambiente externo
- Riscos, oportunidades e perspectivas
- Governança, estratégia e desempenho
- Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A fim de avaliar a conformidade, completude, tempestividade e fidedignidade das informações prestadas pela Hemobrás no bojo do Relato Integrado 2022, foi utilizada ferramenta disponibilizada pelo próprio Tribunal, desenvolvida com base na Instrução Normativa-TCU 84/2020, localizada no Anexo da Decisão Normativa-TCU 198/2022, a qual apresenta-se no anexo II do presente relatório.

Segundo o TCU, a ferramenta facilita a verificação da presença e adequação de cada item dos elementos de conteúdo que devem compor os relatórios de gestão, a avaliação da sua materialidade e aplicabilidade ou não à unidade prestadora de contas.

Diante disso, foi possível avaliar a completude do documento, ou sua conformidade de conteúdo, bem como, a aderência aos citados princípios elencados para prestação de contas, conforme apresenta-se nos quadros a seguir.

Quadro 9 – Conformidade quanto à completude do conteúdo do relato integrado.

Tópico Avaliado	Conformidade %
Mensagem do dirigente máximo	100%
Visão geral organizacional e ambiente externo	86%
Riscos, oportunidades e perspectivas	25%
Governança, estratégia e desempenho	56%
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	60%
Total	62%

Fonte: elaboração própria da Audin.

Sobre o quadro 9, observa-se o alcance do percentual de 62% de conformidade. As principais lacunas identificadas foram as seguintes:

- Ausência de referência às normas direcionadoras da atuação da empresa;
- Ausência de detalhamento e avaliação dos principais riscos que afetam a empresa, bem como, das oportunidades, incluindo as respectivas fontes;

- Insuficiência de informações sobre os objetivos estratégicos, além de ausência de informações acerca de metas e planos para os exercícios seguintes;
- Ausência de informações sobre medidas adotadas para aprimorar resultado de indicadores de governança como os da SEST e do próprio TCU;
- Ausência de informações sobre auditorias realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, além da própria Auditoria Interna;
- Ausência de referência ao local onde as demonstrações contábeis possam ser obtidas.

Quadro 10 – Aderência aos princípios para elaboração do relato integrado.

Tópico Avaliado	Aderência %
Foco estratégico	63%
Conectividade da informação:	63%
Relações com partes interessadas:	63%
Materialidade:	100%
Concisão:	75%
Confiabilidade e completude:	75%
Coerência e comparabilidade	88%
Clareza	100%
Tempestividade	100%
Transparência	100%
Total	82,50%

Fonte: elaboração própria da Audin.

No que tange à aderência aos princípios, o resultado de 82,5% corrobora a qualidade, tempestividade e relevância das informações prestadas.

7. O Rol de Responsáveis está parcialmente adequado aos critérios estabelecidos pelo TCU.

De acordo com o art. 8º, IV, da Instrução Normativa 84/2020, do TCU, integra a prestação de contas o Rol de Responsáveis da unidade.

Segundo o art. 7º da citada IN, são responsáveis pela gestão e compõem o rol de responsáveis os titulares e os respectivos substitutos que, durante o exercício ou período a que se referirem as contas, tenham ocupado os seguintes cargos ou equivalentes

I - dirigente máximo da UPC; II - membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente de que trata o inciso anterior, com base na estrutura de cargos aprovada para

III - responsável, por definição legal, regimental ou estatutária, por ato de gestão que possa afetar o alcance de objetivos ou causar impacto na legalidade, economicidade, eficiência ou eficácia da gestão da Unidade.

Avaliando-se o documento disponibilizado pela Hemobrás em seu sítio da Internet, foi possível constatar que não constam dados sobre os agentes já desligados que atuaram no exercício de 2022.

A apresentação deficiente do Rol de Responsáveis pode levar a dificuldades para atribuição legal e administrativa de responsabilidades, caso necessário.

8. Avaliação consolidada sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2022.

Segundo a norma emitida pela Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, para uma informação financeira ser considerada útil, ela deve ser relevante e retratar fidedignamente aquilo que pretende representar.

Ainda segundo o normativo, uma informação é fidedigna quando possui três características fundamentais: é completa, neutra e livre de erros.

Nesse sentido, a auditoria interna buscou verificar a fidedignidade dos registros contábeis com base nas evidências que sustentaram seus lançamentos.

A fim de avaliar as demonstrações contábeis, foram produzidos quatro relatórios de auditoria que tratam do exercício 2022, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 11 – Demonstrativo de relatórios de auditoria emitidos sobre as demonstrações contábeis do exercício 2022

Relatório	Objeto	Conclusão
09-2022	Demonstrações Financeiras Trimestrais 2022/1	O resultado dos testes executados, para a amostra realizada, não apontou desconformidades relevantes nas demonstrações contábeis da Hemobrás no período auditado, razão pela qual não houve recomendações por parte da AUDIN.
11-2022	Demonstrações Financeiras Trimestrais 2022/2	O resultado dos testes executados, para a amostra realizada, não apontou desconformidades relevantes nas demonstrações contábeis da Hemobrás no período auditado, razão pela qual não houve recomendações por parte da Audin.

Relatório	Objeto	Conclusão
21-2022	Demonstrações Financeiras Trimestrais 2022-3	<p>Diante das análises realizadas, foram identificados os seguintes aspectos:</p> <p>Os registros contábeis refletem a realidade das operações realizadas. Foi recomendada melhoria na rotina de registros de variações cambiais.</p> <p>Há fragilidade no processo de conciliação bancária. Foi recomendada a revisão da rotina e da normativa de proteção aos registros contábeis.</p> <p>As demonstrações estão em conformidade com a Resolução CGPAR nº 30/2022.</p>
04-2023	Demonstrações Financeiras Trimestrais 2022-4	<p>Diante das análises realizadas, foram identificados que os registros contábeis refletem a realidade das operações realizadas, que há bons controles internos no que se refere ao registro contábil das notas fiscais de compra de itens de estoque e de imobilizado, e que a distribuição do resultado do período obedeceu aos normativos internos e à legislação aplicável.</p>

Fonte: elaboração própria da Audin.

Da análise do quadro, percebe-se que não foram identificadas distorções relevantes nas informações analisadas.

Em outro aspecto, analisando-se o conteúdo das demonstrações, pode-se fazer, ainda, os seguintes comentários sobre o desempenho da empresa em 2022:

- O total do Ativo, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 2.287.629.314, um aumento de 6,7% em comparação com 2021 (R\$ 2.143.698.775).
- O ativo circulante diminuiu 2,1%, passando de R\$ 1.149.168.659 em 2021 para R\$ 1.124.905.957 em 2022.
- O ativo não circulante aumentou 16,9%, passando de R\$ 994.530.117 em 2021 para R\$ 1.162.723.357 em 2022.
- O total do Passivo, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 680.562.595, uma redução de 1,6% em comparação com 2021 (R\$ 691.729.225).
- O passivo circulante aumentou 30,5%, passando de R\$ 418.139.000, em 2021, para R\$ 545.450.555 em 2022.
- O passivo não circulante diminuiu 50,6%, passando de R\$ 273.590.226 em 2021 para R\$ 135.112.041 em 2022.



- O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.607.066.719, um aumento de 10,7% em comparação com 2021 (R\$ 1.451.969.550).
- O resultado líquido do exercício de 2022 é de R\$ 190.207.193, uma redução de 18,7% em comparação com 2021 (R\$ 234.032.976).

Sobre o resultado do exercício, é possível apresentar, ainda, as seguintes considerações:

Pontos Fortes:

- Aumento nas receitas financeiras: As receitas financeiras aumentaram de R\$ 154.857.550 em 2021 para R\$ 209.735.992 em 2022.
- Redução das despesas financeiras: As despesas financeiras diminuíram de R\$ 145.540.213 em 2021 para R\$ 139.022.071 em 2022.
- Redução das despesas administrativas: As despesas administrativas diminuíram levemente de R\$ 96.371.468 em 2021 para R\$ 96.218.076 em 2022.

Pontos Fracos:

- Diminuição da receita operacional bruta: A receita operacional bruta caiu de R\$ 990.080.000 em 2021 para R\$ 953.161.173 em 2022.
- Aumento dos custos dos produtos vendidos: Os custos dos produtos vendidos aumentaram significativamente de R\$ 665.726.598 em 2021 para R\$ 823.112.711 em 2022.
- Redução do resultado operacional bruto: O resultado operacional bruto diminuiu de R\$ 324.353.402, em 2021, para R\$ 116.048.848, em 2022. Essa queda pode ser atribuída à diminuição das receitas e ao aumento dos custos dos produtos vendidos.
- Diminuição do resultado líquido do exercício: O resultado líquido do exercício diminuiu de R\$ 234.032.976, em 2021, para R\$ 190.207.193, em 2022.
- Aumento das despesas tributárias: As despesas tributárias aumentaram de R\$ 15.270.134 em 2021 para R\$ 16.335.565 em 2022.

Em resumo, em 2022, a empresa apresentou alguns pontos fortes, como o aumento das receitas financeiras e a redução das despesas financeiras e administrativas. No entanto, também enfrenta desafios significativos, como a diminuição da receita operacional bruta, o aumento dos custos dos produtos vendidos e a redução do resultado líquido do



exercício. É importante que a empresa trabalhe para melhorar a eficiência operacional e controlar os custos para continuar garantindo um desempenho financeiro satisfatório.

Cabe destacar que as receitas financeiras e não operacionais, que foram tão significativas no presente exercício, tendem a se reduzir, considerando que as primeiras correspondem à aferição de juros sobre os recursos aplicados em fundos de investimento, as quais devem reduzir-se com o aumento dos investimentos em infraestrutura para finalizar a fábrica. De fato, estão previstos investimentos em montante aproximado de R\$ 800 milhões de reais, que devem consumir boa parte dos recursos aplicados em fundos de investimento.

Quanto às receitas não operacionais, se devem a incorporação ao patrimônio da Hemobrás dos investimentos realizados pela empresa transferidora da tecnologia do Recombinante e devem ser totalmente incorporadas no exercício de 2023, com a finalização da fábrica do medicamento Hemo VIII-r.

RECOMENDAÇÕES

Recomendação n.º REC112023001 (Achado nº 5)

1 - Revisar o processo de publicação das informações relativas aos itens “a”, “b” e “e” do art. 8º, I, da IN TCU 84/2020, de forma a divulgar os dados durante o próprio exercício de referência, na periodicidade estipulada na DN TCU 198/2022.

Prazo de Atendimento: 30.06.2023

Recomendação n.º REC112023002 (Achado nº 5)

Providenciar a disponibilização de links para acesso aos relatórios da CGU e acórdãos do TCU, em atendimento ao item c) do art. 8º, I, da IN TCU 84/2020.

Prazo de Atendimento: 30.06.2023

Recomendação n.º REC112023003 (Achado nº 5)

Revisar a rotina de atualização do sistema de licitação e contratos disponibilizado ao público, de forma a garantir que as informações publicadas no Diário Oficial sejam apresentadas tempestivamente no referido sistema.

Prazo de Atendimento: 30.06.2023

Recomendação n.º REC112023004 (Achado nº 6)

Implantar processo de revisão do relato integrado, utilizando a ferramenta disponibilizada pelo TCU para autoavaliação.

Prazo de Atendimento: 31.03.2024

Recomendação n.º REC112023005 (Achado nº 7)

Revisar as informações do Rol para incluir os dados sobre agentes que tenham atuado e se desligado em 2022.

Prazo de Atendimento: 31.05.2023

Apresentamos a seguir, com base nas informações coletadas e exames realizados, respostas às questões de auditoria propostas para o presente trabalho.

1. As práticas de Governança fornecem o direcionamento estratégico e contribuem para o alcance dos objetivos da Empresa?

Sim, tendo em vista que foi possível observar que o Conselho de Administração atua, de maneira efetiva, nas etapas de definição, acompanhamento e resultado das metas estratégicas da Empresa.

2. Os riscos estratégicos são adequadamente monitorados pela Gestão?

Sim, os riscos estratégicos são monitorados pela Gestão, atividade que é conduzida pela Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos. Não obstante, verifica-se que o processo de registro e monitoramento desses riscos pode ser aperfeiçoado.

3. Qual o nível de atingimento dos objetivos da Empresa no exercício de 2022?

Não é possível aferir, com precisão, o nível geral de atingimento das metas estratégicas previstas para o exercício de 2022. Não obstante, analisando as metas apenas do ponto de vista quantitativo, foi possível observar que 34% das métricas previstas foram concluídas na totalidade.

4. Qual o resultado consolidado dos trabalhos realizados pela Audin, em 2022, no que concerne à conformidade legal dos atos praticados pela Gestão?

Considerando 33 trabalhos de auditoria finalizados, foram emitidas 84 recomendações. Além disso, do ponto de vista da criticidade, 25 relatórios contiveram achados com viés negativo. Destes achados, 71% foram classificados quanto ao risco como críticos ou altos.

5. A prestação de contas da Hemobrás, relativa ao exercício 2022, está aderente aos normativos estabelecidos pelo TCU?

A prestação de contas da Hemobrás está parcialmente aderente aos normativos estabelecidos pelo TCU. As lacunas identificadas foram as seguintes: publicação intempestiva de dados exigidos no art. 8 da IN 84/2020; ausência de direcionadores para os relatórios de auditoria produzidos pela CGU e TCU; desatualização dos dados no sistema público de licitações e contratos; ausência de parte das informações exigidas para apresentação no relato integrado; ausência de dados no Rol de Responsáveis acerca de agentes que atuaram em 2022, mas se desligaram da empresa.



6. As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas referentes ao exercício 2022 estão em conformidade com a legislação aplicável e não contém erros ou imprecisões?

Não foram identificadas desconformidades, erros ou imprecisões que possam afetar a qualidade das demonstrações contábeis de 2022.

Recife, 10 de maio de 2023.

Luiz Eduardo Bezerra Silva
Auditor Geral

ANEXO 1

I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Achado nº 5

5. A prestação de contas do exercício 2022 da Hemobrás está parcialmente aderente aos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

Recomendação n.º REC112023001 (Achado nº 5)

1 - Revisar o processo de publicação das informações relativas aos itens “a”, “b” e “e” do art. 8º, I, da IN TCU 84/2020, de forma a divulgar os dados durante o próprio exercício de referência, na periodicidade estipulada na DN TCU 198/2022.

Prazo de Atendimento: 30.06.2023

MANIFESTAÇÃO DA ÁREA:

Posicionamento da área (APP): De acordo com a recomendação e com o prazo.

ANÁLISE:

Verifica-se a concordância da Gestão.

Achado nº 5

5. A prestação de contas do exercício 2022 da Hemobrás está parcialmente aderente aos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

Recomendação n.º REC112023002 (Achado nº 5)

Providenciar a disponibilização de links para acesso aos relatórios da CGU e acórdãos do TCU, em atendimento ao item c) do art. 8º, I, da IN TCU 84/2020.

Prazo de Atendimento: 30.06.2023

MANIFESTAÇÃO DA ÁREA:

No tocante à Recomendação n.º REC112023002 (Achado nº 5), a Ouvidoria providenciará junto à ASCOM a inserção das informações solicitadas.

ANÁLISE:

Verifica-se a concordância da Gestão.

Achado nº 5

5. A prestação de contas do exercício 2022 da Hemobrás está parcialmente aderente aos critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

Recomendação n.º REC112023003 (Achado nº 5)

Revisar a rotina de atualização do sistema de licitação e contratos disponibilizado ao público, de forma a garantir que as informações publicadas no Diário Oficial sejam apresentadas tempestivamente no referido sistema.

Prazo de Atendimento: 30.06.2023

MANIFESTAÇÃO DA ÁREA:

Ciente do achado. Não tenho maiores observações e deverei tratar o assunto junto à Audin apenas para tratar das questões referentes às publicações dos contratos no D.O.U. A até o prazo estabelecido faremos constar na nossa rotina de trabalho e promover as evidências.

ANÁLISE:

Verifica-se a concordância da Gestão.

Achado nº 6

O relato integrado relativo ao exercício 2022 está parcialmente aderente ao conteúdo exigido pelo Tribunal.

Recomendação n.º REC112023004 (Achado nº 6)

Implantar processo de revisão do relato integrado, utilizando a ferramenta disponibilizada pelo TCU para autoavaliação.

Prazo de Atendimento: 31.03.2024

MANIFESTAÇÃO DA ÁREA:

Resposta da GA: De acordo com a recomendação e com o prazo.

ANÁLISE:

Verifica-se a concordância da Gestão.

Achado nº 7

O Rol de Responsáveis está parcialmente adequado aos critérios estabelecidos pelo TCU.

Recomendação n.º REC112023005 (Achado nº 7)

Revisar as informações do Rol para incluir os dados sobre agentes que tenham atuado e se desligado em 2022.

Prazo de Atendimento: 31.05.2023

MANIFESTAÇÃO DA ÁREA:

Resposta da GGP: De acordo com a recomendação e com o prazo

ANÁLISE:

Verifica-se a concordância da Gestão.

ANEXO 2 – Ferramentas de avaliação do TCU

Avaliação dos Elementos de Conteúdo do Relatório de Gestão (RG)		Insira a pontuação nos campos em amarelo de acordo com a avaliação do item e conforme os critérios logo abaixo	
(Anexo II da DN-TCU 187/2020 e publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado)			
UPC avaliada:	Elementos de conteúdo requeridos do Relatório de Gestão (RG) (Anexo II da DN-TCU 187/2020 e publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado)	Informação aplicável à UPC e a seu Relatório de Gestão: marcar 1 para aplicável; marcar 0 (zero) para não aplicável (verificar com atenção se de fato não é aplicável)	Pontuação para a presença do conteúdo: 0 - item de informação está faltando no RG; 1 - item de informação consta no RG, mas de modo insatisfatório; 2 - item de informação consta no RG, mas de modo medianamente satisfatório; 3 - item de informação consta no RG de modo satisfatório.
Capítulo			
Mensagem do dirigente máximo da unidade	1. Apresentação, em forma de tabelas e gráficos, dos principais resultados alcançados, incluindo aqueles que indiquem o grau de alcance das metas fixadas nos planos da organização, considerando os objetivos estratégicos e de curto prazo, bem como as prioridades da gestão [UPC em números], que estão mais bem detalhados no corpo do relatório. A mensagem do dirigente deve conter o reconhecimento de sua responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do relatório de gestão.	1	3
Visão geral organizacional e ambiente externo: (1) O que é a organização, o que faz e quais são as	2. Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão.	1	3
	3. Principais normas direcionadoras de sua atuação, com links de acesso respectivos.	1	0

<p>circunstâncias em que atua? (2) Qual o modelo de negócios da organização?; (3) Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?</p>	4. organograma da estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança (conselhos ou comitês de governança, entre outros).	1	3	
	5. Apresentação do modelo de negócios da UPC, abrangendo insumos, atividades, produtos, impactos, valor gerado e seus destinatários e diagrama de cadeia de valor, visando proporcionar compreensão abrangente da visão geral organizacional.	1	3	
	6. Se for o caso, a relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias, bem como de programas do Plano Plurianual, de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas.	1	3	
	7. Informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pela unidade.	0	0	
	8. Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pela organização.	1	3	
	9. Capital social e participação em outras sociedades, se aplicável.	1	3	
	<p>Riscos, oportunidades e perspectivas: (1) Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos? (2) Quais os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico e os potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro?</p>	10. Principais riscos identificados que podem afetar a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos e como a UPC lida com essas questões.	1	1
		11. Quais são as principais oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de a UPC atingir seus objetivos e as respectivas ações para aproveitá-las	1	1
		12. As fontes específicas de riscos e oportunidades, que podem ser internas, externas ou, normalmente, uma combinação das duas;	1	1
13. Avaliação, pela UPC, da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito, caso isso aconteça, levando em consideração, inclusive, as circunstâncias específicas que levariam à ocorrência do risco ou da oportunidade.		1	0	
14. Descrição de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o relacionamento com a sociedade e as partes interessadas da organização, bem como a consideração de suas necessidades e expectativas na definição da estratégia, a gestão de riscos e a supervisão da gestão.		1	3	
<p>Governança, estratégia e alocação de recursos: (1) Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá? (2) Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo? e (3) Quais os principais resultados alcançados pela organização?</p>	15. Objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas para o período e seu desdobramento anual, bem como sua vinculação ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior, indicando os resultados já alcançados, comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.	1	2	
	16. Planos de curto prazo da organização com a indicação dos objetivos anuais, das medidas, iniciativas, projetos e programas necessários ao seu alcance, dos prazos, dos responsáveis, das metas para o período a que se refere o relatório de gestão, e os resultados alcançados comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.	1	1	
	17. Apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas,	1	3	

	abrangendo ainda, conforme o caso, a contribuição de autarquias e fundações vinculadas e de empresas controladas, contratos de gestão e SPEs, conforme a materialidade da contribuição dos segmentos na composição do valor gerado pela UPC.		
	18. Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados, a exemplo dos que foram tratados pelo TCU nos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário (ambos da Relatoria do Ministro Bruno Dantas).	1	0
	19. Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos;	1	1
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis: Quais são as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações sobre o desempenho da organização no período? (A evidenciação deve contemplar as principais unidades que compõem a UPC, de forma individual e agrupada, de acordo com a materialidade e a relevância para os resultados do conjunto).	20. Resumo da situação financeira contábil da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício.	1	3
	21. As contas relativas aos fundos de financiamento devem apresentar informações sobre o patrimônio global e os resultados das operações de crédito realizadas à conta desses recursos em face dos objetivos estabelecidos.	1	3
	22. Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício.	1	3
	23. Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos.	1	0
	24. Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que balanços, demonstrações e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra.	1	0
	25. Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil, considerando que: - as UPC que compreenderem apenas um órgão no Siafi devem considerar os valores contábeis consolidados nesse órgão; - as UPC que compreenderem mais de um órgão no Siafi devem apresentar informações referentes aos principais dados desses órgãos de forma individualizada e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC; - as UPC que não atuam no Siafi devem adotar procedimento semelhante, considerando que, caso haja em sua composição unidades com estrutura contábil independente, devem apresentar informações contábeis resumidas referentes aos principais saldos das contas dessas unidades de forma individualizada, e, ainda, devem apresentar informações com base na integração dos principais saldos para efeito de associação com o resultado geral da UPC;	0	0
	26. Quanto às unidades dos		



	conselhos de profissão e dos serviços sociais autônomos, com vistas a evidenciar a situação e o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício, deverá haver a apresentação da declaração do contador/opinião dos auditores externos, dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas.		
Anexos e apêndices	26. Se aplicáveis, documentos e informações de elaboração da UPC ou de terceiros úteis à compreensão do relatório, que podem ser fornecidos mediante links, nesta ou nas seções anteriores ao longo do relatório de gestão, para documentos, tabelas, páginas ou painéis de informação já produzidos pela UPC.	0	0

Avaliação de aderência aos princípios para elaboração do Relatório Gestão (RG)

Observância dos princípios para elaboração do Relatório de Gestão (RG) (IN-TCU 84/2020 e publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado)		UPC Avaliada							
PRINCÍPIOS	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Total por item				
1. Foco estratégico e no cidadão: Além de prestar contas sobre os fatos pretéritos, os responsáveis devem apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos e demonstrar o uso que a UPC faz dos recursos, bem como os produtos, os resultados e os impactos produzidos.	Os objetivos estratégicos estão claramente apresentados.	1	Foi demonstrado alinhamento entre a missão da UPC, os objetivos estratégicos estabelecidos para o exercício e os grandes processos e atividades da organização.	1	Os objetivos estratégicos do exercício estão contextualizados em um quadro de geração de valor de curto, médio e longo prazo.	1	Há uma demonstração de que os custos previstos são justificados pelo valor a ser gerado com o alcance dos objetivos estratégicos.	2	5
2. Conectividade da informação: As informações devem mostrar uma visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício; e da inter-relação e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade de a UPC alcançar os seus objetivos ao longo do tempo.	As informações financeiras possuem vinculação ao valor gerado financeiro e não financeiro e aos custos.	2	As informações de resultados alcançados estão associadas aos objetivos estratégicos, suas metas e indicadores.	1	As informações sobre alocação de recursos e custos possuem associação e apropriação pelos grandes processos, projetos, atividades da UPC.	1	Os objetivos estratégicos estão claramente desdobrados em objetivos operacionais e associados aos grandes processos, projetos e atividades.	1	5
3. Relações com partes interessadas: As informações devem prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a UPC mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a UPC entende, leva em conta e responde aos	Foram apresentadas ações direcionadas à identificação das partes interessadas e de suas necessidades.	2	A apresentação dos objetivos estratégicos faz menção a mecanismos de identificação das necessidades das partes interessadas.	1	Foram informados instrumentos ou indicadores de avaliação da satisfação das partes interessadas e de como	0	Foram apresentadas informações de como a UPC avalia o valor gerado em relação a sua missão e ao valor e sustentabilidade da própria organização.	2	5

Avaliação de aderência aos princípios para elaboração do Relatório Gestão (RG)

Observância dos princípios para elaboração do Relatório de Gestão (RG) (IN-TCU 84/2020 e publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado)		UPC Avaliada					
PRINCÍPIOS	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Total por item		
seus legítimos interesses e necessidades, considerando, inclusive, a articulação interinstitucional e a coordenação de processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público.			eles retroalimentam a estratégia.				
4. Materialidade: Devem ser divulgadas informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.	Há informações acerca dos critérios de seleção de conteúdo em razão da materialidade.	2	As informações apresentadas estão situadas ou são agregadas numa mesma faixa de materialidade ou então em algumas faixas relevantes com a estrutura organizacional.	2	É possível identificar os principais processos e os principais recursos da UPC que contribuem para seu resultado geral.	2	8
5. Concisão: Os textos não devem ser mais extensos do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.	O texto é suficiente para a compreensão da mensagem.	2	Existem links para informações complementares de forma adequada apenas para complementar a informação.	0	A disposição do texto facilita a leitura e os infográficos estão situados em pontos adequados do conteúdo.	2	6
6. Confiabilidade e completude: Devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos	O relatório contém uma explicação do todo da gestão que permita a compreensão de suas	2	O relatório possui uma explicação do todo de seu conteúdo que facilite a compreensão de suas	2	A partir da visão do todo da gestão, há uma explicação de quais as	2	6

Avaliação de aderência aos princípios para elaboração do Relatório Gestão (RG)

Observância dos princípios para elaboração do Relatório de Gestão (RG) (IN-TCU 84/2020 e publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado)		UPC Avaliada			
PRINCÍPIOS	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Total por item
ou vieses no processo decisório dos usuários das informações.	partes e de como se conectam.	partes e de como estão encadeadas.	partes principais que serão mais detalhadas.	não estão apresentados especificamente no relatório.	
7. Coerência e comparabilidade: As informações devem ser apresentadas em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento de séries históricas da UPC e comparação com outras unidades de natureza similar.	Os objetivos estratégicos e suas metas possuem alguma contextualização com cenário externo, com ameaças e oportunidades.	2 Os resultados alcançados estão contextualizados no cenário externo e nos resultados de outras organizações do mesmo setor ou ramo de negócio.	1 Os resultados alcançados no exercício são comparados com os de outros exercícios.	2 Os custos e os recursos alocados são comparados com os de outros exercícios.	2 7
8. Clareza: Deve ser utilizada linguagem simples e imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção inequívoca entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados pela UPC no exercício e aqueles previstos para o futuro.	O relatório possui uma estrutura clara e objetiva.	2 As informações são apresentadas de forma simples e objetiva.	2 A sequência de informações é logicamente adequada e alinhada com a estrutura do RI.	2 Há instrumentos visuais e links bem-posicionados, claros e de fácil compreensão de sua informação e de sua inserção no conteúdo.	2 8
9. Tempestividade: as informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle, incluindo as decisões relacionadas ao processo	Os setores envolvidos providenciam as informações em tempo hábil à elaboração do relatório de gestão.	2 A equipe que elabora o relatório recebe as informações em tempo hábil à elaboração do relatório.	2 O escopo proposto para o relatório de gestão contribui para a tempestividade em sua elaboração.	2 A compreensão das informações demandadas para o relatório ocorre de modo fácil e rápido.	2 8

Avaliação de aderência aos princípios para elaboração do Relatório Gestão (RG)

Observância dos princípios para elaboração do Relatório de Gestão (RG) (IN-TCU 84/2020 e publicação Relatório de Gestão: Guia para Elaboração na Forma de Relatório Integrado)		UPC Avaliada					
PRINCÍPIOS	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Pontue o quesito na coluna amarela: 2 para Sim 1 para mais ou menos 0 para não	Total por item		
orçamentário e à situação fiscal, à alocação racional de recursos, à eficiência do gasto público e aos resultados para os cidadãos							
10. Transparência: deve ser realizada a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização e a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independente de requerimento.	A informação contida no relatório é compreensível para o público em geral.	2	A forma de apresentar as informações mostra-se adequada ao público em geral.	2	O relatório indica o porquê de as informações apresentadas terem sido as escolhidas para constar nos documentos.	2	8